/ PALAVRA DO LEITOR

Obras em estradas

Os 457 quilômetros das rodovias BR-116 e da BR-392, no Sul do Estado, devem ficar sem pedágio por tempo indeterminado a partir de março de 2026 (Jornal do Comércio, 25/06/2025). Não poderemos usar mais a rodovia, pois se ocorrer um acidente, quem vai nos socorrer? Usamos a rodovia diariamente. Sempre passamos por carros com pane ou acidentes, e lá está a Ecosul atendendo, fazendo as manutenções e as sinalizações. Realmente, o pedágio está caro, mas não podemos deixar a rodovia sem concessão. Pagamos muito em impostos, e quando precisarmos, ficaremos sem apoio. *(Tatiane Souza Amaral)*

Obras em estradas II

Pagamos um dos IPVAs mais caros, sem falar nos valores da carteira de habilitação. E mesmo assim, o Estado quer encher de pedágios. *(Felipe Schmitt Fleischer)*

Coleta seletiva

Em resposta ao comentário do leitor Jonatas Freitas (JC, 30/06), a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, por meio do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), informa que a coleta seletiva no bairro Santana, em Porto Alegre, está ocorrendo regularmente, conforme o cronograma estabelecido. A operação é dividida em dois turnos - o diurno, com início às 8h, abrange as avenidas Princesa Isabel (em direção à avenida Ipiranga), João Pessoa, Bento Gonçalves e a rua Veador Porto. Já o noturno, que começa a partir das 18h, contempla os perímetros formados pelas avenidas João Pessoa, José Bonifácio, Princesa Isabel e parte da Osvaldo Aranha até a rua Silva Só. O DMLU reforça que o 156 está disponível para denúncias sobre os serviços prestados.

Hospital de Clínicas

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre suspendeu temporariamente as cirurgias eletivas (JC, 25/06/2025). Se o SUS não for reformulado, daqui a alguns anos não existirá mais. Deveriam estimular os hospitais privados a fazerem planos de saúde mais acessíveis. Assim, quem tem "um pouco de condições" sai da fila do SUS e migra para esses planos, desafogando para quem realmente não tem condições de pagar. *(Altemir Bele)*

Hospital de Clínicas II

Correta escolha de prioridades. Parabéns aos gestores por pensarem nos mais vulneráveis. *(Monique P. Carrabba)*

Relatório do TCE

Prevenção a desastres ainda é deficitária em cidades da Meta-Sul, pontua relatório do TCE-RS (JC, 26/05/2025). A prevenção deveria ser prioridade dos governos municipal, estadual e federal, mas, muitas vezes, fica bem no fim das prioridades. *(Telma Silva)*

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. Os artigos e cartas publicados com assinatura neste jornal são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

O potencial hidroviário da Região Metropolitana

Wilten Manteli

Quando está se processando a verdadeira epeopeia que caracteriza o esforço pela reconstrução do Estado, devastado que foi pelas cheias de 2023 e 2024, não se pode deixar de lado uma profunda atenção ao revigoramento das nossas hidroviárias que atendem 17 terminais portuários de empresas localizadas na Região Metropolitana e do próprio porto de Porto Alegre.

Trata-se de restabelecer um elo básico do nosso modal de transporte, que foi fundamental no heroico ciclo de desenvolvimento do Rio Grande do Sul que teve lugar já a partir da ocupação efetiva do seu território com a chegada dos primeiros povoadores.

Não valorizar esse patrimônio constitui-se num crime de lesa pátria, que estaremos praticando contra nossos filhos e netos que por essa negligência, se persistir, terão diminuídas as suas oportunidades de sobrevivência através da oferta de postos de trabalho e geração de renda compatíveis em solo gaúcho.

Essa ação deveria ser iniciada pela recuperação dos canais aquaviários de acesso da Região Metropolitana da Capital ao Porto de Rio Grande - nossa porta para o comércio exterior, que envolve 34 municípios, 17 terminais portuários e o porto local.

O conjunto de empresas e o porto se benefi-

ciariam da referida infraestrutura para circulação dos seus produtos para o Porto de Rio Grande com destino final aos mercados internos e externos.

Com a liberação dos recursos do Funrigs na ordem de R\$ 294,4 milhões para os canais e a melhoria do porto da Capital, este é o momento para estudar-se um modelo de gestão mais dinâmico para esse porto, sem descartar as várias alternativas, inclusive a privatização. Deveria adotar-se uma sistemática integrando as autoridades, prefeitos da região, entidades empresariais, empresas usuárias do transporte fluvial e academias.

Esse território tem notória capacidade de atrair novos empreendimentos, mobilizar recursos financeiros e tecnológicos, se integrando com os setores de produção, comércio, navegação interior, operadores e o porto de Rio Grande, tendo como resultado a agregação de valor aos nossos produtos, daí resultando uma série de benefícios econômicos e sociais. Alguém pode ser contra isso?

Presidente da Associação Hidrovias RS (HidroviasRS)

O conjunto de empresas e o porto se beneficiariam da referida infraestrutura

Paternidade: compromisso e cuidado

Edegar Pretto

O debate sobre a regulamentação da licença paternidade tem ganhado, cada vez mais, espaço na política e em nosso cotidiano. Atualmente, os pais têm direito a apenas 5 dias de licença após o nascimento da criança, conforme o artigo 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), enquanto as mães têm 120 dias garantidos de licença maternidade no regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A paternidade ativa e responsável é fundamental para eliminar essa cultura desigual

Para os homens, uma extensão de 15 dias é possível, mas restrita a empresas que participam do programa Empresa Cidadã. Porém, 5 dias é pouco e 20 dias também. A chegada de uma criança é um momento que escancara, de forma cruel, essa desigualdade. A legislação atual envia um recado: o trabalho de cuidado é responsabilidade das mulheres. O desequilíbrio entre as licenças maternidade e paternidade tem raízes na divisão sexual do trabalho, impactando diretamente a equidade de gênero. O não reconhecimento da licença paternidade é reflexo de uma sociedade que naturaliza o trabalho do cuidado apenas para

as mulheres, isentando os homens das responsabilidades paternas e do trabalho doméstico. O machismo é assim: naturaliza o individualismo dos homens e responsabiliza as mulheres com tarefas que deveriam ser coletivas.

Em um país marcado por um histórico de trabalho escravizado, onde o trabalho não remunerado foi central na manutenção da vida privada, essa herança segue viva, traduzindo-se em desigualdades que atravessam gênero, raça e classe. Por isso, é necessário discutir e agir para que se haja um equilíbrio entre essas jornadas, a do mercado de trabalho e da vida doméstica.

A paternidade ativa e responsável é fundamental para que essa cultura desigual seja eliminada do nosso cotidiano. A presença paterna, seja na educação das crianças ou nas tarefas domésticas, beneficia todas as pessoas: fortalece os laços afetivos entre o pai e a criança, sensibiliza os pais em relação às diversas tarefas realizadas pelas mulheres e, conseqüentemente, promove a divisão dessas atividades que sobrecarregam as mulheres. Enquanto nós, homens, não assumirmos nosso lugar no cuidado, elas continuarão invisibilizadas, silenciadas e sobrecarregadas. Por isso, e tantas outras violências que as mulheres sofrem, não podemos mais compactuar com essa realidade imposta pela cultura machista.

Articulador Nacional da Aliança HeForShe, da ONU Mulheres